

O QUE SIGNIFICA ESCREVER UMA “HISTÓRIA DO PRESENTE”? A ABORDAGEM GENEALÓGICA DE FOUCAULT EXPLICADA

WHAT DOES IT MEAN TO WRITE A “HISTORY OF THE PRESENT”? FOUCAULT’S GENEALOGICAL APPROACH EXPLAINED

David Garland¹

Tradução de Leandro Ayres França²

RESUMO

Neste artigo é explicado o método de escrever uma “história do presente”, de Michel Foucault, junto com seus objetivos críticos e suas diferenças quanto à historiografia convencional. Também é discutida a mudança de Foucault de um estilo de pesquisa e análise históricas concebido como “arqueologia” para um estilo entendido como “genealogia”, demonstrando-se como a história do presente implementa a investigação genealógica e a revelação de conflitos e contextos encobertos como um meio de reavaliar o valor de fenômenos contemporâneos. O artigo destaca as observações críticas de fenômenos atuais a partir dos quais começa uma história do presente, prestando particular atenção ao conceito de “dispositivo” de Foucault e seu método de problematização. As análises feitas por Foucault do Panóptico de Bentham, das origens disciplinares da prisão moderna e da tecnologia da confissão são discutidas a título de ilustração.

Palavras-chave: Foucault. História do Presente. Genealogia. Arqueologia. Dispositivo. Problematização.

¹ PhD em Estudos Sócio-Jurídicos pela University of Edinburgh. Doutor honoris causa pela Free University of Brussels. Mestre em Criminologia pela University of Sheffield. Em 2012, a American Society of Criminology lhe conferiu o Edwin H. Sutherland Prize por suas excelentes contribuições à teoria e à pesquisa criminológicas. Autor de diversos livros premiados, dentre os quais *Punishment and Welfare: A History of Penal Strategies* (1985); *Punishment and Modern Society: A Study in Social Theory* (1990); *The Culture of Control: Crime and Social Order in Contemporary Society* (2001); e *Peculiar Institution: America’s Death Penalty in an Age of Abolition* (2010), nos quais se reconhece sua distinta abordagem sociológica no estudo das instituições jurídicas. Editado em português, encontra-se disponível *A Cultura do Controle: Crime e Ordem Social na Sociedade Contemporânea*, publicado em 2008 pela Editora Revan. É professor de Sociologia da New York University School of Law.

² Doutorando e Mestre em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Advogado criminalista. Pesquisador do Grupo de Pesquisa Modernas Tendências do Sistema Criminal. Mais informações disponíveis em <www.ayresfranca.com>. Tradução: revista por Noyelle Neumann das Neves. Nota do Tradutor: No caso de textos republicados em língua portuguesa, utilizaram-se colchetes para as referências, datas e páginas das traduções. Optou-se pela transcrição das citações que se encontram disponíveis nas edições já traduzidas para o português; em casos de textos não traduzidos, as citações foram traduzidas e adaptadas pelo tradutor, a partir das publicações utilizadas pelo autor (em inglês).

ABSTRACT

In this article Michel Foucault's method of writing a "history of the present" is explained, together with its critical objectives and its difference from conventional historiography. Foucault's shift from a style of historical research and analysis conceived as "archaeology" to one understood as "genealogy" is also discussed, showing how the history of the present deploys genealogical inquiry and the uncovering of hidden conflicts and contexts as a means of re-valuing the value of contemporary phenomena. The article highlights the critical observations of present-day phenomena from which a history of the present begins, paying particular attention to Foucault's concept of "dispositif" and his method of problematization. Foucault's analyses of Bentham's Panopticon, of the disciplinary sources of the modern prison, and of the technology of confession are discussed by way of illustration.

Keywords: Foucault. History of the Present. Genealogy. Archaeology. Dispositif. Problematization.

INTRODUÇÃO

Michel Foucault certa vez comentou que ele preferia evitar citação, discussão e reconhecimento elaborados de autores cujas ideias tinham influenciado seu trabalho.³ Ao invés de citar as obras de Marx, Kant, Nietzsche ou Althusser e explicar como suas ideias correspondiam a (ou se diferenciavam de) suas próprias, ele simplesmente *utilizava* os instrumentos conceituais que esses escritores forneceram, frequentemente transformando-os no processo. “Quanto a mim, eu prefiro utilizar os escritores dos quais gosto. O único tributo válido a pensamentos como o de Nietzsche é precisamente utilizá-lo, deformá-lo, fazê-lo gemer e protestar” (FOUCAULT, 1980, p. 53-54).

Comparado às normas acadêmicas comuns de citação e referência acadêmicas, isso, tal como muito mais na *oeuvre* de Foucault, poderia ser visto como levemente escandaloso. Mas é mais esclarecedor pensar nisso como um aspecto da abordagem definitivamente *pragmática* de Foucault ao desenvolvimento teórico e ao uso de conceitos. Essa abordagem levou-o a considerar “teoria” como uma caixa com ferramentas úteis, cada instrumento conceitual projetado como um meio de trabalhar em problemas específicos e de promover certas investigações e não como um fim intelectual em si ou como um tijolo para um grande edifício teórico. Uma consequência dessa atitude pragmática é que não há “teoria foucaultiana” que surja da *oeuvre* de Foucault: nenhum sistema teórico já pronto que possa ser “aplicado” por outros. No lugar disso, o que Foucault nos disponibiliza é uma série de análises bastante específicas e precisamente teorizadas, cada uma mobilizando uma metodologia personalizada projetada para tratar um problema teoricamente definido a partir de um ângulo estratégico de investigação. Essa mesma abordagem resolutiva de problema – juntamente com a extraordinária fertilidade do pensamento de Foucault – é o que o levou a desenvolver novos (ou extensivamente revisados) conceitos para cada novo projeto em que ele embarcou e para cada novo tipo de fenômenos que ele procurou explicar.

Tomemos por exemplo o conceito de poder. Ainda que questões de poder tenham sido um interesse recorrente por todo o seu corpo de trabalho, desde *Folie et Deraison: Histoire de la folie a l'age classique*, de 1961, até *Le Souci de soi*, de 1984, as conceituações que ele mobilizou apresentaram uma tendência distinta de desenvolvimento e evolução.

³ “Frequentemente eu cito conceitos, textos e frases de Marx, mas sem me sentir obrigado a adicionar a etiqueta de autenticidade de uma nota de rodapé com uma frase laudatória para acompanhar a citação” e, depois, na mesma entrevista: “Eu prefiro permanecer calado quanto a Nietzsche” (FOUCAULT 1980, p. 52-53).

Assim, conforme seu olhar analítico moveu-se do confinamento do irracional, no início da era moderna, para a prisão disciplinar, a sexualidade moderna, as antigas práticas de autogoverno e, finalmente, para práticas modernas de governar a economia e a população, sua análise do poder igualmente se move de um conceito de poder entendido como uma exclusão ou uma “prática divisora” para um conceito mais positivo de poder como “produtivo”; para a formulação híbrida do “poder-saber”; para o poder como incitamento ou excitação envolvendo “espirais de poder e prazer”; para poder como “ação sobre outra ação” e “a conduta da conduta”; e finalmente para poder como produtor de sujeitos e produtor de verdade.⁴ Em vez de uma única teoria foucaultiana, há múltiplas teorizações foucaultianas, cada uma concebida para atender um fenômeno definido no curso de uma investigação específica.

É verdade que, em uma ocasião, em *A Arqueologia do Saber*, de 1969, Foucault empenhou-se em dar uma explicação geral de sua metodologia, e, neste sentido, de sistematizar e “fixar” seus conceitos. Mas esta tentativa deve ser considerada um fracasso. Não só o livro reformulou as ideias que ele supostamente apresentava, emendando-as no processo de exposição, mas, como uma declaração da teoria e da metodologia de Foucault, o livro tornou-se obsoleto logo após ter sido publicado. Por quê? Porque, assim que Foucault resumiu seu considerável trabalho histórico, suas novas pesquisas incitaram-no a revisar seus métodos e seus conceitos novamente, tornando, desse modo, redundante *A Arqueologia* (ver Dreyfus e Rabinow [1995]).⁵

Contudo, apesar desses ajustes e revisões pragmáticos, há uma preocupação contínua que direciona todas as histórias de Foucault, especialmente a partir de *Vigiar e Punir*, que é a ideia de usar a história como um meio de engajamento crítico com o presente – uma preocupação expressa em suas concepções de “genealogia” e “história do presente”. Uma vez que nenhuma dessas ideias é simples, e porque ambas têm sido retomadas por estudiosos que trabalham a penalidade contemporânea, leitores da *Revista Justiça e Sistema Criminal* podem considerar útil ter essas ideias, e suas metodologias associadas, elaboradas e explicadas.⁶ Nesse breve ensaio exegético, procuro explicar o que significa escrever uma “história do presente” e destacar os tipos de trabalho conceitual e metodológico que esta abordagem implica. Minha exposição distinguirá as obras

⁴ Para uma visão geral, ver os excertos colhidos em Foucault (2000).

⁵ cf. Gary Gutting: “A peculiaridade de Foucault como um historiador do pensamento repousa menos em sua invenção de novos métodos do que em sua vontade de empregar quaisquer que sejam os métodos que pareçam necessários por sua matéria específica” (GUTTING, 2006, p. 14).

⁶ Para tentativas de se escrever uma “história do presente” no que diz respeito à criminologia e à pena, ver Garland (1992; 1994; [2008]; 2010), Rose (1999) e Harcourt (2011).

arqueológicas de Foucault de suas genealógicas; contrastará a história do presente com a história convencional; e explicará a relação entre “genealogia” e “história do presente”. Mais importante, identificarei alguns aspectos despercebidos do método genealógico de Foucault, que envolvem a prévia especificação do problema de pesquisa a ser tratado, uma explicação descritiva do “dispositivo” dentro do qual o fenômeno é construído e experimentado atualmente, e uma específica “problematização” do fenômeno – todos os quais servem para guiar sua genealogia ao “diagnosticar” e definir “o presente” do qual ela é para ser uma história. Qualquer um que desejar adotar a abordagem de Foucault deve estar consciente do trabalho preliminar de diagnóstico, conceitualização e problematização do qual a efetiva genealogia necessariamente procede.

1 UMA HISTÓRIA DO PRESENTE

A ideia de uma “história do presente” soa paradoxal, em princípio, e, de certa forma, provocativa. Para estudiosos não familiarizados com (ou antipáticos a) o trabalho de Foucault, a expressão sugerirá uma forma de “presentismo”: um tipo de escrita histórica que aborda o passado utilizando os conceitos e os interesses do presente. E, naturalmente, tal abordagem, para os historiadores, implica um erro de método fundamental – o pecado mortal do anacronismo – na medida em que ela projeta valores e significados contemporâneos sobre um passado que pode ter sido constituído muito diferentemente. Mas Foucault não está ocupado com o “presentismo”. Ele não está interpretando os arranjos sociais ou os significados culturais hodiernos de volta à história e alegando descobrir esses mesmos fenômenos em épocas anteriores com os mesmos significados e caráter que eles têm hoje. Tampouco Foucault está meramente fazendo o que a maioria dos historiadores muito autoconscientemente fazem, a saber, usando um interesse contemporâneo como estímulo para questionar o passado de novas maneiras. Escrever a história do presente é outra questão. Como Dreyfus e Rabinow observam. “Esta abordagem começa de forma explícita e autorreflexiva com um diagnóstico da situação atual. Há uma orientação contemporânea inequívoca e impertubável” ([1995, p. 132]). Ou, como Foucault explicou a um entrevistador em 1984: “Eu parto de um problema expresso nos termos correntes de hoje e eu tento resolver sua genealogia. Genealogia significa que eu começo minha análise a partir de uma questão disposta no presente” (FOUCAULT, 1988a, p. 262).

Meu palpite é que Foucault pretendia provocar. Uma vez, ele se apresentou para um público de historiadores dizendo “Eu não sou um historiador profissional: ninguém é perfeito” (MEGILL, 1987, p. 117). E ele certamente tencionava distinguir o tipo de projeto histórico com o qual ele estava comprometido das histórias-padrões escritas pela maioria

dos historiadores.⁷ Então, deixe-me tomar alguns momentos para explicar o que se entende por essa ideia um tanto estranha e contraintuitiva.⁸

Embora haja algumas ocasiões anteriores nas quais Foucault explica que suas pesquisas históricas foram empreendidas no intuito de perturbar nossas concepções atuais, não é senão nos meados de 1970 que ele adotou o legado de Nietzsche e sua abordagem genealógica orientada para o presente.⁹ A expressão “história do presente”, e a concepção para a qual ela aponta, aparece primeiro no final do capítulo de abertura de *Vigiar e Punir*, de 1975 (FOUCAULT [2002]). Foucault escreve ali que ele passou a ver a prisão moderna como um aspecto da “tecnologia política do corpo”, não no curso do estudo da história penal, mas ao observar as muitas revoltas de prisioneiros que estavam ocorrendo no período contemporâneo – revoltas que eram, ele afirma, “ao nível dos corpos, contra o próprio corpo da prisão” (FOUCAULT [2002, p. 29]). O que estava em questão nessas revoltas, diz ele, não era se as prisões eram muito rudes, ou muito rudimentares. O que estava em jogo era a “materialidade [da prisão como] instrumento e vetor de poder” (FOUCAULT [2002, p. 29])¹⁰.

Essa conceitualização – ou “diagnóstico” – provocou Foucault a escrever uma explicação do nascimento da prisão moderna, como todos os seus investimentos políticos do corpo, e a escrevê-la com um propósito particular em mente. Seu objetivo era revelar algo importante – porém, oculto – em nossa experiência contemporânea; algo sobre nossa relação com as tecnologias de poder-saber que era mais claramente visível no cenário prisional que em outros lugares, mas que era, mesmo assim, um aspecto constitutivo, geral, dos indivíduos modernos e de suas experiências. Ele via a prisão como uma incorporação de uma racionalidade específica – um “panoptismo” de vigilância constante e regulação individualizada, próxima – que ele passou a ver como constitutiva de sociedades “disciplinares”, contemporâneas tal como a sua própria.

⁷ O trabalho de Foucault tem sido um tema de muita controvérsia e considerável mal-entendido entre historiadores: ver Megill (1987) e Goldstein (1994). Uma notável exceção é o colega de Foucault no Collège de France, o historiador Paul Veyne. Vide a entusiástica e esclarecida discussão sobre o método histórico de Foucault em Veyne ([2009]).

⁸ Para outras análises, ver Roth (1981) e Poster (1987/1988). Ver também **History of the Present: A Journal of Critical History**, disponível em: <www.historyofthepresent.org>.

⁹ Em 1967, Foucault falou de suas histórias como compromissos diagnósticos com o presente: “Ao tentar fazer um diagnóstico do presente no qual vivemos, nós podemos isolar como já pertencentes ao passado certas tendências que ainda são consideradas contemporâneas [...]”, apud Williams (2005).

¹⁰ No início da década de 1970, Foucault estava ativo no Groupe Information sur les Prisons (GIP) e ele atribuiu alguns dos *insights* de “Vigiar e Punir” a essa experiência. Ver também Foucault (1974). No entanto, a maioria dos temas desenvolvidos neste livro já está presente, até certo ponto, em trabalhos anteriores, como “História da Loucura na Idade Clássica” e “O Nascimento da Clínica” (FOUCAULT, [2010]; [2008a]).

Por que escrever uma história da prisão? Ele pergunta. “Por puro anacronismo? Não, se entendemos com isso fazer a história do passado nos termos do presente. Sim, se entendermos com isso fazer a história do presente”. (FOUCAULT [2002, p. 29]). Assim, “Vigiar e Punir” é apresentado ao leitor como uma “história do presente”, mas Foucault não se aprofunda no significado desse termo, seja nesse livro ou em outro lugar. No entanto, nós podemos inferir desta análise do livro um pouco do que envolve uma “história do presente” e como ela se diferencia da análise histórica convencional. Nós também podemos inferir algo do significado do termo a partir de uma mudança explícita na autocompreensão acadêmica de Foucault, que ele realizou na mesma época: a saber, a mudança da “arqueologia” pela “genealogia.” Eu começo por descrever essa mudança.

2 ARQUEOLOGIA

Antes da publicação de “Vigiar e Punir”, Foucault repetidamente descreveu seu trabalho como um tipo de “arqueologia”. De fato, ele utiliza esse termo distintivo em vários títulos de livros, bem como no estudo metodológico – “A Arqueologia do Saber” – que descreve sua distinta abordagem de fazer o que ele denominou de “a história dos sistemas de pensamento” (e o que nitidamente diferencia seu trabalho da “história das ideias”, como convencionalmente realizado). Portanto, nós temos *O nascimento da clínica: uma arqueologia da percepção médica*, de 1963; *As palavras e as coisas: Uma Arqueologia das Ciências Humanas*, de 1966; e *A arqueologia do saber*, de 1969¹¹. E o título que ele inicialmente planejara para o livro que se tornou *História da sexualidade I: A vontade de saber* fora “Sexo e verdade: Uma arqueologia da psicanálise”¹².

Arqueologia foi o termo de Foucault para um método de pesquisa e análise na história do pensamento que ele próprio havia desenvolvido: um método que escava o passado, descobrindo os traços discursivos de distintos períodos históricos e os remontando, como tantos distintos estratos ou camadas, cada um exibindo seu próprio padrão estruturado de afirmações, sua própria ordem de discurso. Em uma série de trabalhos, culminando em *As palavras e as coisas*, ele submeteu os discursos dos períodos Renascentista, Clássico e Moderno, particularmente os discursos das ciências humanas, a um tipo de análise

¹¹ NT: No texto original, Garland refere as datas das primeiras traduções em inglês: “The Birth of the Clinic: An Archaeology of Medical Perception” (1973); “The Order of Things: An Archaeology of the Human Sciences” (1970) e “The Archaeology of Knowledge” (1972).

¹² Ver Foucault ([1999b, p. 122]), onde ele escreve: “A história do dispositivo da sexualidade, assim como se desenvolveu a partir da época clássica, pode valer como arqueologia da psicanálise”.

kantiana que visava revelar as condições epistemológicas de possibilidade – o “a priori histórico” – sobre as quais esses discursos eram baseados.¹³ Para cada período histórico e cada “nível arqueológico” havia, ele argumentou, uma estrutura epistemológica distinta – uma “episteme” – que governava como pensadores pensariam, como enunciados eram feitos, e como discursos eram formados, sem intrometer-se diretamente na consciência dos próprios pensadores. Como Foucault afirmou numa entrevista, em 1971:

O que eu estou tentando fazer é compreender os sistemas implícitos que determinam nosso comportamento mais familiar sem que o saibamos. Eu estou tentando descobrir sua origem para mostrar sua formação, a restrição que eles nos impõem; eu estou, portanto, tentando me colocar a uma distância deles e mostrar como alguém poderia escapar. (FOUCAULT apud SIMON, 1971, p. 201).

E outra vez: “Meu problema é essencialmente a definição dos sistemas implícitos nos quais nos encontramos presos: o que eu gostaria de entender é o sistema de limites e exclusão que nós praticamos sem o saber; eu gostaria de tornar aparente o inconsciente cultural [...]” (FOUCAULT apud SIMON, 1971, p. 198).

Um exemplo concreto pode ajudar a esclarecer o que significa tudo isso. Em “As palavras e as coisas” (originalmente intitulado *Les mots et les choses*), com base em uma detalhada e compreensiva análise de uma série de discursos que se desenvolveram na Europa do século XVI em diante e que eventualmente dariam origem às ciências humanas modernas, Foucault faz uma série de alegações. Ele argumenta, em especial, que as formas de conhecimento características do Renascimento, aquelas características do período Clássico, e aquelas características do período Moderno, eram, cada uma, estruturalmente distintas, envolvendo diferentes “epistemes” e diferentes modos de ordenar o pensamento e produzir o discurso. A primeira era organizada em torno de “semelhanças” entre coisas capturadas na linguagem; a segunda era baseada em “representação” por meio de um discurso que refletia o mundo; e a terceira era organizada em torno da figura do “homem”, uma figura que se coloca simultaneamente dentro e fora do conhecimento, como sujeito que conhece e objeto do conhecimento.

Os discursos sobre a vida, a linguagem e o trabalho que se desenvolveram ao longo do tempo, e que eventualmente deram origem às modernas Biologia, Linguística e Economia, são descritas para cada uma dessas três épocas e, de acordo com a explicação de Foucault, demonstram ter mais em comum uns com os outros dentro de cada um dos

¹³ Sobre o a priori histórico, ou “a história daquilo que torna necessário uma certa forma de pensamento”, Foucault, apud Megill (1979:459). Foucault utiliza o termo “epistemes” por todo “As palavras e as coisas” e o discute brevemente em “A arqueologia do saber”.

diferentes períodos epistemológicos do que cada um tinha com os discursos sobre o mesmo tema que os sucederam ou os precederam. Em outras palavras, os padrões estruturais que ligavam os diferentes discursos dentro dos períodos Renascentista, Clássico ou Moderno eram mais fortemente aparentes do que as continuidades internas que caracterizaram qualquer um desses discursos na medida em que se desenvolveram no tempo. Similaridades sincrônicas *através* das disciplinas no mesmo período de tempo eram mais aparentes que similaridades diacrônicas *dentro* das disciplinas ao longo do tempo.

Segundo Foucault, essa notável constatação seria melhor entendida ao se colocar uma forte estrutura de pensamento subjacente – uma ordem de palavras e coisas – que formataram discurso e experiência em um período particular, mas que foi sujeita a transformações fundamentais e descontinuidades históricas, levando à emergência de novos sistemas de pensamento e novas maneiras de experimentar o mundo. Em cada era histórica, uma poderosa “episteme” ou estrutura geral de pensamento impõe sua padronização sobre discursos daquele período, e assim o faz de formas que são mais vigorosas do que o tema ou a matéria – vida, linguagem, trabalho – que liga cada um desses distintos discursos enquanto cada qual se desenvolve ao longo do tempo. A distinta tarefa do arqueólogo, como Foucault o descreve, não é traçar processos de mudança – a tarefa do historiador convencional – mas sim distinguir essas épocas históricas e traçar a lógica diferencial de cada uma de suas estruturas. Uma escavação de discursos específicos de cada um desses períodos históricos parece, desse modo, como tantos estratos arqueológicos, cada qual nivelado sobre o outro e revelando seus próprios padrão e estrutura distintos.

Nessa fase arqueológica de seu trabalho, as análises de Foucault, por toda sua originalidade e distinção, estão reconhecidamente participando de uma consagrada tradição francesa na história da ciência tal como desenvolvida por Gaston Bachelard, Georges Canguilhem e Louis Althusser: uma tradição que caracteristicamente enfatiza a existência de “problemáticas” estruturalmente distintas ou enquadramentos conceituais; descontinuidades históricas radicais ou “rupturas epistemológicas”; e estilos distintos de raciocínio ou “racionalidades”. Superficialmente, as ideias de Foucault também se assemelham àquelas de Thomas Kuhn ([1982]), cuja famosa teoria das “revoluções de paradigmas” na história da ciência igualmente salienta a descontinuidade e a diferença estrutural. Contudo, enquanto Kuhn foca em modelos científicos e os entendimentos compartilhados que atrelam comunidades de cientistas em processos sociais de aculturação e replicação, as análises de Foucault concentram-se na operação inconsciente de estruturas epistemológicas historicamente específicas que funcionam como as impensadas condições de possibilidade de específicas maneiras de pensar e de gerar afirmações.

“Vigiar e Punir” representa uma ruptura com este trabalho arqueológico anterior e a tradição da história da ciência da qual ele emergiu. Vão-se a “arqueologia” com suas

implicações estruturalistas e sua ênfase na descontinuidade e, em seu lugar, é estabelecido um conceito novo, mais nietzschiano: aquele da *genealogia*¹⁴. A partir de meados da década de 1970, Foucault designou seu trabalho como genealógico, como uma nova “genealogia da moral”, sinalizando, desse modo, seu novo objetivo e também sua dívida com o trabalho de Friedrich Nietzsche¹⁵. E é nessa abordagem genealógica histórico-crítica que nós podemos apreciar melhor o que Foucault exprime quando ele fala de escrever uma “história do presente”.

A virada de Foucault à genealogia e à história do presente apareceu relativamente tarde em sua carreira, sucedendo a quatro livros importantes sobre um modelo “arqueológico” bastante diferente. Todavia a reestruturação do pensamento de Foucault é, de algum modo, menos radical e abrupta do que parece, em princípio. Devemos notar, por exemplo, que o objetivo “genealógico” de usar a pesquisa histórica para perturbar concepções contemporâneas e contribuir para provocar mudança também teve lugar em suas arqueologias, ainda que tenha sido muito menos proeminente. Assim, por exemplo, em “O nascimento da clínica”, ele observa que: “A pesquisa aqui empreendida implica [...] o projeto deliberado de ser ao mesmo tempo histórica e crítica, na medida em que se trata [...] de determinar as condições de possibilidade da experiência médica, tal como a época moderna a conheceu” (FOUCAULT [2008a, p. XVI]). Já em “As Palavras e as Coisas” ele escreve: “Tentando trazer à luz esse profundo desnível da cultura ocidental, é a nosso solo silencioso e ingenuinamente imóvel que restituímos suas rupturas, sua instabilidade, suas falhas; e é ele que se inquieta novamente sob nossos passos.” (FOUCAULT [1999, p. XXII]). Em 1971, quando estava trabalhando em “A Ordem do Discurso”, Foucault contou a um entrevistador:

Eu estava interessado [nos temas de suas arqueologias] porque eu via neles maneiras de pensar e se comportar que ainda estão conosco. Eu tento expor, baseado em suas fundação e formação históricas, aqueles sistemas que ainda são nossos hoje, e no interior dos quais nós estamos presos. É uma questão, basicamente, de apresentar uma crítica de nosso próprio tempo, fundamentado em análises retrospectivas (SIMON, 1971, p. 192).

Assim, apesar de suas outras diferenças, arqueologia e genealogia compartilham certo objetivo crítico com respeito ao presente, embora cada método busque seus objetivos histórico-críticos de maneira distinta. A *arqueologia* pretende apresentar a ordem estrutural,

¹⁴ A aula inaugural de Foucault no Collège de France já havia anunciado esta mudança ([1999a]). Ver também “Nietzsche, a genealogia e a história”, que data do mesmo ano (reeditada em Foucault [1984]).

¹⁵ Em 1975, Foucault diz “se eu quisesse ser pretensioso, eu daria ‘a genealogia da moral’ como o título geral ao que estou fazendo” (FOUCAULT 1980, p. 15).

as diferenças estruturais e as discontinuidades que demarcam o presente de seu passado. A *genealogia*, por sua vez, visa expor a “proveniência” e como as contingências deste processo continuam a formatar o presente.

Foucault continuou a buscar esse engajamento crítico com o presente até o final de sua vida, mesmo quando seus estudos se concentraram na Antiguidade Clássica e na primitiva igreja cristã. Porém, enquanto seus estudos genealógicos do final da década de 1970 eram de inspiração explicitamente nietzschiana, no período final de sua vida Foucault retorna a suas raízes kantianas, citando o artigo de Kant “O que é o esclarecimento?” como um texto fundador na tradição filosófica que questiona “o que acontece hoje? O que acontece agora? O que é esse ‘agora’ dentro do qual estamos todos, e que é o lugar, o ponto [do qual] escrevo?” (FOUCAULT [2010a, p. 12]). Foucault descreve seu trabalho como preocupado em entender nossa realidade presente e as formas de verdade e subjetividade às quais o presente dá causa:

O que é a atualidade? Qual é o campo atual das nossas experiências? [...] Não se trata, nesse caso, de uma analítica da verdade. Tratar-se-ia do que poderíamos chamar de uma ontologia do presente, uma ontologia da atualidade, uma ontologia da modernidade, uma ontologia de nós mesmos” (FOUCAULT [2010a, p. 21]).

3 GENEALOGIA

Então, a genealogia e a história do presente não eram totalmente novos interesses no trabalho de Foucault; mas o que elas implicam exatamente? A “genealogia” era, para Foucault, um método para escrever uma história crítica: uma maneira de utilizar materiais históricos para produzir uma “revalorização de valores” no período presente. A análise genealógica delinea como práticas e instituições contemporâneas surgiram de específicos conflitos, lutas, alianças e exercícios de poder, muitos dos quais estão esquecidos atualmente. Desse modo, ela permite que o genealogista sugira – não por meio de argumento normativo, mas, em vez disso, por um resgate histórico de associações e linhagens problemáticas – que instituições e práticas que nós atualmente avaliamos e tomamos como certas são, em verdade, mais controversas, ou mais “perigosas” do que ao contrário parecem.

A questão da genealogia não é uma busca por “origens”. Tanto Foucault quanto Nietzsche estão bem cientes da lacuna que separa os usos e significados originais de um

fenômeno dos sentidos e propósitos posteriores que ele adquire.¹⁶ Ela é, antes, como seu nome sugere, uma busca por *proveniência*. A ideia não é conectar o fenômeno hodierno a sua origem, como se alguém estivesse mostrando um edifício a repousar sobre suas fundações, um edifício solidamente enraizado no passado e confiantemente projetado ao futuro. Em vez disso, a ideia é traçar o processo errático e descontínuo pelo qual o passado se tornou o presente: um trajeto descendente, amiúde aleatório, que sugere a contingência do presente e a abertura do futuro. A genealogia é, neste sentido, “história efetiva” porque sua intenção é desafiar o presente através da revelação das relações de poder sobre as quais ele depende e os processos contingentes que o trouxeram à existência.¹⁷ Como Foucault ([2003, p.21]) escreve: “A pesquisa da proveniência não funda, muito pelo contrário: ela agita o que se percebia imóvel, ela fragmenta o que se pensava unido; ela mostra a heterogeneidade do que se imaginava em conformidade consigo mesmo.”

O objetivo da genealogia é traçar as lutas, os deslocamentos e os processos de redefinições a partir dos quais emergiram práticas contemporâneas, e mostrar as condições históricas de existência das quais dependem as práticas atuais.¹⁸ Ela também se interessa, ao menos em alguns usos de Foucault, pelas históricas lutas de poder e seus efeitos sobre o corpo. A genealogia considera o processo de proveniência como o resultado de lutas de poder e batalhas por dominação, o uso e o significado. A atualidade, portanto, foi formatada por complexas lutas e relações de poder: “A genealogia restabelece os diversos sistemas de submissão: não a potência antecipadora de um sentido, mas o jogo casual das dominações” (FOUCAULT [2003, p. 23]).

Finalmente, a genealogia também se interessa pelo *corpo*, que é conceitualizado como uma superfície material, como uma carne em que as microfísicas do poder deixam suas marcas. Esse aspecto é especialmente salientado em “Vigiar e Punir”: “O corpo: superfície de inscrição dos acontecimentos [...]. A genealogia, como análise da proveniência, está portanto no ponto de articulação do corpo com a história. Ela deve mostrar o corpo inteiramente marcado de história e a história arruinando o corpo.” (FOUCAULT [2003, p. 22]).

¹⁶ “[...] pois não há princípio mais importante para toda ciência histórica do que este, [...] o de que a causa da gênese de uma coisa e a sua utilidade final, a sua efetiva utilização e inserção em um sistema de finalidades, diferem *toto coelo* [totalmente]; de que algo existente, que de algum modo chegou a se realizar, é sempre reinterpretado para novos fins, requisitado de maneira nova, transformado e redirecionado para uma nova utilidade, por um poder que lhe é superior [...]” (Nietzsche [2007, p. 65-66]).

¹⁷ Ver Dean (1994).

¹⁸ A noção de Foucault sobre uma “superfície de emergência” descreve o conjunto de condições históricas a partir das quais emergem práticas específicas. Assim, por exemplo, as penitenciárias modernas formaram a superfície de emergência para a ciência da criminologia e o ensino clínico foi a superfície de emergência que tornou possível a moderna medicina positiva.

Ao reconectar práticas contemporâneas (ou corpos contemporâneos) com as lutas históricas e os exercícios de poder que modelaram seus caracteres, o genealogista leva-nos a pensar mais criticamente sobre o valor e o significado desses fenômenos. Como Foucault expôs, em 1979: “a experiência tem me ensinado que a história de várias formas de racionalidade é, por vezes, mais efetiva para abalar nossas certezas e nosso dogmatismo do que a crítica abstrata” (FOUCAULT, 1988, p. 83). E, novamente, no mesmo ano: “pode haver certo número de efeitos políticos importantes, podemos dizer preciosos, em fazer análises históricas [...] O problema é deixar agir o saber do passado sobre a experiência e a prática do presente” (FOUCAULT [2008c, p. 180-181]).

É dentro desse enquadramento genealógico que opera uma “história do presente”. Uma história do presente começa por identificar uma prática atual que é tanto tomada por certa como ainda, em certos aspectos, problemática ou de certo modo ininteligível – a prisão reformadora, na década de 1970, por exemplo, ou a pena de morte americana, hoje –, e, então, procura traçar as lutas de poder que a produziram¹⁹. A genealogia não é motivada por uma inquietação histórica em entender o passado – embora quaisquer afirmações históricas que se faça devam ser válidas e verificáveis²⁰ –, porém, antes, por um interesse crítico em compreender o presente. Ela objetiva traçar as forças que deram causa as nossas práticas atuais e identificar as condições históricas das quais elas ainda dependem. Sua questão não é pensar historicamente sobre o passado, mas, em vez disso, usar materiais históricos para repensar o presente. Como Michael Roth (1981, p. 43) explica, “Escrever uma história *do* presente significa escrever história *no* presente; escrever autoconscientemente num campo de relações de poder e de luta política.” Ou, como Nietzsche – o principal crítico da história convencional – insistiria, significa engajar-se com as forças ativas no presente, em vez de preocupar-se com os inanimados antiquários de outra época.²¹

¹⁹ Foucault ([2002]) trata do primeiro. Garland (2010) trata do segundo. Ian Hacking (1990) implementa um método similar de análise histórica no intuito de dar sentido a conceitos filosóficos que, em nossas discussões contemporâneas, parecem opacos ou ininteligíveis. Sua hipótese – que deve tanto a Wittgenstein quanto a Foucault – é de que muitos de nossos enigmas filosóficos são o resultado de mudanças históricas, em significado e contexto: somente ao traçar seu desenvolvimento genealógico nós podemos dar sentido a esses enigmas contemporâneos. Ver também Skinner (2010) sobre o conceito do estado e dos complicados processos históricos por meio dos quais ele se desenvolveu ao longo do tempo.

²⁰ Como observa Robert Castel (1994, p. 252), numa discussão sobre o método genealógico de Foucault: “O direito de escolher os materiais de alguém e de os reorientar à luz de um assunto atual, de os dispor em categorias diferentes, por exemplo – não é uma permissão para reescrever a história. Cometer equívocos históricos, que podem ser entendidos como afirmações sobre a história que um historiador poderia refutar, não é um direito”.

²¹ Ver Megill (1979, p. 492).

Nós podemos ilustrar essa abordagem da “história do presente” e sua diferença da historiografia padrão por meio de dois exemplos extraídos de “Vigiar e Punir”: (i) o tratamento que Foucault dá ao Panóptico de Jeremy Bentham; e (ii) o lugar que Foucault confere às “disciplinas” em sua genealogia da prisão moderna.

4 O PANÓPTICO – NA HISTÓRIA E NA GENEALOGIA

Ao projeto de Jeremy Bentham para uma prisão panóptica (uma casa de inspeção anular com celas abertas e iluminadas à contraluz, dispostas num perímetro circular em torno de uma torre de vigilância central), primeiramente publicado na última década do século XVIII, é dado um lugar central na explicação de Foucault.²² “Vigiar e Punir” trata o Panóptico como o modelo, o projeto programático, não só para as penitenciárias do final do século XVIII e início do século XIX, mas para a prisão moderna como tal – e, certamente, para a moderna sociedade “panóptica”, em geral. Na análise de Foucault, o projeto do Panóptico de Bentham é um elemento histórico de significado sem paralelo.

Em resposta à argumentação de Foucault, historiadores têm levantado uma série de objeções. Como uma questão de fato histórico, salientam eles, a prisão projetada por Bentham jamais foi construída porque o governo britânico considerou-a impraticável e excessivamente cara. Eles insistem que Bentham quase faliu em seus esforços para realizar seu plano, que seu projeto radical foi raramente copiado por construtores de prisões em outros lugares, e que, em geral, Foucault dá demasiada importância ao que os contemporâneos de Bentham consideraram como um projeto excêntrico que acabou em fracasso²³. Contudo, essas críticas – ainda que bastante válidas em seus próprios termos – perdem o ponto. De fato, há um tipo de equívoco categórico em tratar o estudo de Foucault como um trabalho de pesquisa histórica convencional que simplesmente acrescenta ao que já sabemos da historiografia prisional existente, quando, em verdade, o tratamento dos materiais históricos feito por Foucault é completamente diferente em seu enquadramento e sua intenção.

O objetivo de Foucault não é a preocupação padrão dos historiadores de estabelecer o significado e a sorte do projeto de Bentham, como compreendido dentro de seu contexto social e intelectual original. Em vez disso, seu propósito é demonstrar o papel que o Panóptico desempenhou em formatar nosso presente. Como insiste Foucault, na história

²² Bentham 1843 [2008].

²³ Ver Sempel (1993), Perrot (1980) e Himmelfarb (1968). Para uma interessante discussão, ver Smith (2008).

convencional, “só se reconhece [no Panoptismo] uma pequena utopia estranha, o sonho de uma maldade [...] E, entretanto, tinha-se aí a fórmula abstrata de uma tecnologia bem real, a dos indivíduos” ([2002, p. 185]). E, em outro lugar em “Vigiar e Punir”, ele escreve que

O esquema panóptico, sem se desfazer nem perder nenhuma de suas propriedades, é destinado a se difundir no corpo social; tem por vocação tornar-se aí uma função generalizada. [...] O panoptismo é o princípio geral de uma nova “anatomia política” cujo objeto e fim não são a relação de soberania, mas as relações de disciplina ([p. 171-172]).

E, novamente: “[...] pode-se então falar, em suma, da formação de uma sociedade disciplinar nesse movimento que vai das disciplinas fechadas, espécie de ‘quarentena’ social, até o mecanismo indefinidamente generalizável do ‘panoptismo’” ([p. 178]). Como Robert Castel acertadamente observa,

“[...] não é relevante contestar o uso que Foucault faz do Panóptico de Bentham pela razão que [Foucault] conferiu escassa atenção à ‘vida real’ nas prisões do século XIX. O intuito de Foucault não é descrever essa ‘vida real’, mas revelar um programa para controlar pessoas em um espaço fechado” (CASTEL, 1984, p. 242).

O significado e a importância que Foucault atribui aos seus objetos de estudo (nesse caso, o Panóptico, mas seu tratamento da tecnologia de confissão em sua “História da Sexualidade I” levanta as mesmas questões) não são aqueles do período histórico nos quais essas práticas emergiram primeiro, porém, enfaticamente, aqueles do presente. Tais práticas podem ter sido marginais na vida social e política dos séculos XVII e XVIII, mas Foucault considera-as como absolutamente centrais às genealogias e ao funcionamento de regimes de poder-saber que operam no presente.²⁴ Para Foucault, os princípios de observação e individualização, visibilidade e disciplina, poder e saber contidos no projeto de Bentham oferecem uma rede de inteligibilidade para compreender como o poder opera em nossa sociedade atual. O historiador do presente não comete o pecado do anacronismo ao ler o presente sobre o passado. Antes, ele ou ela está comprometido com o projeto histórico-crítico de identificar traços do passado (lutas de poder, formas de controle, alianças e associações históricas) e sua operação contínua hoje.²⁵

²⁴ Ver Castel (1994, p. 240) para uma discussão sobre a prática de “problematização” de Foucault.

²⁵ “A maioria dos tópicos que ele analisa era constituída de fatos periféricos e relativamente menores na época antiga; ele os escolheu devido a seus interesses atuais e porque estes tópicos mais tarde, até certo ponto, se confundiram com formas de poder” (Dreyfus e Rabinow [1995, p. 133]).

5 O APRISIONAMENTO E AS DISCIPLINAS

Um segundo exemplo dos efeitos produzidos por uma “história do presente” pode ser visto na distinta explicação de Foucault sobre os processos genealógicos que deram origem à prisão moderna. Estudos históricos convencionais sempre admitiram que as origens do movimento penitenciário do final do século XVIII podem ser traçadas às ideias penológicas dos reformadores do período iluminista, tais como Beccaria, Mably, Le Peletier, e Servan, ou então à influência de instituições custodiais do início da era moderna, como a holandesa Rasphuis, a inglesa Bridewell e a prisão do Vaticano (ver, por exemplo, Morris e Rothman [1995]). No entanto, a interpretação de Foucault das origens históricas rompe com essas explicações padrões e as põe em xeque. Primeiro, ele demonstra que as propostas reformadoras dos *ideólogos* da época ilustrada não eram, de modo geral, voltadas à construção de prisões e penitenciárias. Ao contrário, a maioria dos reformadores viam o aprisionamento com grande suspeita, preferindo sanções não privativas de liberdade, como multas, ou trabalhos públicos, ou outras penalidades “análogas” destinadas a educar os espectadores ao punir infratores de maneiras que espelhassem os crimes que eles cometeram. E ele insiste que, antes de sua extraordinária expansão no final do século XVIII, a prisão

“não era, com se imagina, um castigo que já estivesse solidamente instalado no sistema penal, logo abaixo da pena de morte, e que teria naturalmente ocupado o lugar deixado vago pelo desaparecimento dos suplícios. Na realidade a prisão [...] tinha apenas uma posição restrita e marginal no sistema das penas” (FOUCAULT [2002, p. 97]).

Que o aprisionamento tenha rapidamente se tornado a sanção penal preferida nos códigos penais reformados de nações ocidentais no início do século XIX é, portanto, um evento que não pode ser explicado por referência à influência de ideias iluministas, nem por um processo de simples substituição, sucedendo ao declínio de punições corporais e capitais. Nem é a aparência da prisão moderna meramente uma excrescência das formas de confinamento do início da modernidade, uma vez que a essas instituições anteriores faltavam características-chave do aprisionamento moderno, tais como o confinamento celular, vigilância cerrada e disciplina individualizada. Como, então, pode o surgimento da prisão ser explicado?

Aqui Foucault volta nossa atenção para além de ideias e argumentos intelectuais, em direção ao domínio de práticas, técnicas e modos específicos de exercitar o poder e adquirir saber. E, em forte contraste com as explicações históricas convencionais que apontam as origens “penológicas” da prisão, Foucault conecta o surgimento das *técnicas de disciplina* da prisão moderna que haviam sido desenvolvidas em uma variedade de contextos não penais, tais como acampamentos militares, salas de aula, mosteiros e oficinas. A prisão moderna, argumenta Foucault, foi, desde o princípio, uma instituição *disciplinar*, condensando no interior de seu espaço fechado toda uma grande quantidade de práticas

disciplinares, como individualização, vigilância, exame, treinamento, *adestramento*, correção e normalização. Em sua explicação genealógica, a prisão moderna está ligada não com ideias iluministas ou com concepções progressistas de direito e justiça, mas, antes, com o exercício de poder e saber sobre corpos no espaço e com um conjunto de práticas disciplinares que correspondiam a uma “anatomia política do corpo”. E o efeito desse deslocamento é produzir uma mudança em nossa compreensão da instituição contemporânea. Em vez de uma instituição reformatória, humana, que incorpora uma sensibilidade ilustrada, moderna, e marca um avanço progressista sobre as punições mais violentas do *antigo regime*, a genealogia de Foucault sugere um conjunto de práticas disciplinares, saberes normalizadores e poderes capilares que não só “pune menos” como “pune melhor” (FOUCAULT [2002, p. 70]). O leitor da história do presente de Foucault é presenteado com uma impressão dissonantemente diferente da prisão contemporânea – uma que é mais crítica da instituição, mais consciente das insidiosas relações de poder-saber que ela contém, e mais sintonizada aos perigos que estas implicam.

O que a genealogia de Foucault possibilita, em suma, é uma revalorização do aprisionamento como uma prática social contemporânea. E se poderia mesmo reivindicar certa efetividade crítica a essa explicação (para melhor ou para pior), uma vez que os anos imediatamente subsequentes à publicação do livro de Foucault viram um descrédito generalizado da prisão reformatória e de todo o projeto de penologia correcional²⁶.

DIAGNÓSTICO, CONCEITUAÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO

Um dos aspectos mais cruciais da prática acadêmica são a identificação e a especificação de problemas de pesquisa produtivos. E, ainda que esse ponto seja raramente notado, muito da eficácia crítica das genealogias de Foucault é atribuível a sua especificação inicial do problema a ser explicado. As seções iniciais de seus livros – as quais estão entre suas passagens mais notáveis e memoráveis – são geralmente consagradas a sua tarefa de identificar o problema e descrever como ele pretende tratá-lo. Por vezes, ele estabelece o fenômeno a ser explicado por meio de uma impressionante justaposição histórica que mostra como concepções modernas diferem daquelas de épocas anteriores (“O nascimento da clínica”; “Arqueologia do saber”; “Vigiar e Punir”). Em outras ocasiões, ele começa por apresentar a explicação histórica convencional em termos bastante persuasivos, somente

²⁶ A história do movimento contra a penologia correcional é, evidentemente, muito mais complexa, e a crítica de Foucault foi apenas uma entre muitas. Para um relato mais completo, ver Garland ([2008]).

para dar meia-volta e a declarar equivocada, ou, pelo menos, radicalmente limitada em seu poder explanatório (por exemplo, “História da Sexualidade I”). Em cada caso, a constatação do problema feita por Foucault – o que se poderia chamar de seu trabalho preliminar de “diagnóstico” e “problematização” – é, em si, distinta, incorporando uma série de afirmações analíticas e interpretações teóricas.

Vimos como, em “Vigiar e Punir”, Foucault iniciou uma análise crítica da prisão correcional moderna, vista não como uma conquista progressista, mas como uma máquina para disciplinar corpos e normalizar almas. Outro bom exemplo é o problema colocado no começo de seu projeto “História da Sexualidade”, interessado nas normas médicas, legais e sociais que emergiram no período contemporâneo como muitas formas de regular (ou desregular) a sexualidade. Para a maioria dos comentadores, a cultura pós 1960 de expressão sexual aberta foi um rompimento libertário com a repressividade vitoriana, uma abertura de possibilidades humanas e um percurso vital para a autenticidade individual. Depois de séculos de censura, silenciamento e repressão, homens e mulheres ocidentais estavam agora encorajados – por especialistas médicos e psicológicos, autoridades culturais, e reformas legais – a admitir seus desejos sexuais, não obstante “desviantes”, e a aceitar sua identidade sexual, fosse homossexual ou heterossexual. E na interpretação convencional amplamente sustentada, esse novo regime sexual foi uma marca de progresso e libertação: uma libertação do desejo individual quanto ao poder repressivo, uma reconciliação há muito adiada entre sexo e verdade.

A visão das coisas de Foucault é bastante diferente. Em vez de ver esses desenvolvimentos como libertários e empoderadores, ele os considera como produtos de um aparato de poder-saber que tem estado em processo de formação e expansão desde o século XIX. Os poderes normalizantes desse aparato impõem-nos a exigência insistente, multiforme, que nós coloquemos o sexo no discurso, que confessemos, que consideremos nossas preferências sexuais como, de algum modo, constitutivas de nossas individualidades, e que busquemos nossa identidade sexual a serviço de autenticidade e verdade. Isso corresponde a um imperativo generalizado de que nós devemos falar de nossas identidades sexuais – e, assim, possibilitar que o sexo no discurso opere como uma correia de transmissão para o exercício de poder e saber –, um imperativo que toma uma variedade de formas específicas, variando desde comandos legais à recomendação de especialista e à excitação corporal e psicológica (FOUCAULT, 1999b). Em vez de ver o contemporâneo regime cultural como libertário, Foucault vê a nova sexualidade como uma elaborada armadilha, uma fixação sexual, e ele embarca em sua pesquisa genealógica com o intuito de explicar como esse estranho regime passou a existir.

Se cuidadosamente prestarmos atenção à análise de Foucault, nós descobrimos que sua avaliação diagnóstica de nossa experiência contemporânea da “sexualidade” envolve

dois elementos cruciais, cada um dos quais ele investigaria posteriormente por meio de investigações genealógicas. O primeiro é sua especificação de um aparato de regulação através do qual nossa atual experiência da sexualidade é construída e experimentada – um complexo conjunto de normas, saberes, relações de poder e práticas que ele descreveu como um “*dispositivo*”.²⁷

Essa ideia de um “*dispositivo*”, que é realmente muito crucial para o modo de análise de Foucault, é comumente traduzida como “*aparato*”, embora seu significado seja melhor apreendido por termos como “*regime de poder-saber*” ou um “*conjunto regulatório*”. Eis como o próprio Foucault descreve a ideia:

O que estou tentando selecionar com esse termo [*dispositivo*] é um conjunto completamente heterogêneo formado por discursos, instituições, formas arquitetônicas, decisões regulatórias, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais e filantrópicas – enfim, tanto o dito quanto o não dito. Tais são os elementos do aparato. O aparato em si é o sistema de relações que pode ser estabelecido entre esses elementos (FOUCAULT, 1980, p. 194).

E eis como ele descreve o *dispositivo* específico que governa nossa atual experiência do sexo:

A sexualidade é o nome que pode se dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder. ((FOUCAULT, 1999b, p. 100)).

O segundo elemento da análise preliminar de Foucault é sua identificação de uma “*problematização*” historicamente específica, o que quer dizer uma identificação de como um fenômeno específico – nesse caso, “*sexo*” – passou a ser considerado como um tipo específico de problema para autoridades específicas em um ponto específico no tempo. Eis como ele inicia esta formulação:

O problema é esse: como é que numa sociedade como a nossa, a sexualidade não é simplesmente um meio de reproduzir a espécie, a família e o indivíduo, não apenas um meio de obter prazer e fruição? Como a sexualidade passou a ser considerada o lugar privilegiado em que nossa ‘verdade’ mais profunda é lida e manifesta?” (FOUCAULT, 1977a, p. 152).

²⁷ Em “*Vigiar e Punir*”, o *dispositivo* que Foucault identifica é o “*atual complexo científico-judiciário onde o poder de punir se apoia, recebe suas justificações e suas regras, estende seus efeitos e mascara sua exorbitante singularidade*” (2002, p. [23]), e a questão que ele coloca é: por que a época moderna adota tão entusiasticamente a prisão quando, como uma instituição correcional, ela sempre foi um fracasso?

Apresentados esses *insights* analíticos, sua investigação genealógica adquire um objeto e uma direção claros: “o que eu gostaria de estudar”, escreve ele, “é a soma total desses mecanismos que, em nossa sociedade, convidam, incitam e forçam alguém a falar de sexo” (1988b, p. 112). E, se a “História da Sexualidade” funciona brilhantemente como uma história do presente, como eu acredito que o faça, isso ocorre, em grande medida, por causa dessa análise inicial – uma análise formada *no presente sobre o presente*. O trabalho histórico da genealogia é, portanto, dependente, de tal modo que tem sido raramente reconhecido, de uma explicação anterior, crítica, que estabelece o problema a ser explicado e aponta o caminho as suas mais prováveis soluções. Como sempre, o registro histórico cede até seus segredos somente àqueles que sabem precisamente como perguntar.

O ponto que eu quero enfatizar aqui é que as genealogias de Foucault têm, como seus pontos de partida, algumas observações bastante concretas e especificamente críticas sobre o presente, e, mais particularmente, sobre o objeto de estudo do analista enquanto é construído e experimentado no presente. Essas genealogias começam com o diagnóstico de certo desconforto ou certa confusão sobre práticas ou instituições que outros tomam como certas. E as investigações que elas seguem são projetadas para atender aquela confusão. Neste sentido, uma história do presente sempre envolve um distanciamento crítico do presente, uma descrição analítica do *dispositivo* dentro do qual o objeto de estudo é construído e experimentado no presente e uma *problematização* específica que vê aquele objeto como intrigante de modo que possa se tornar menos enigmático por meio da investigação histórica. Sem esse momento inicial, crítico, e as teorizações que ele implica, o projeto genealógico, como entendido por Foucault, simplesmente não pode prosseguir.

A utilização por Foucault do método genealógico e sua escrita de “histórias do presente” demonstram como a pesquisa histórica pode servir a instituições contemporâneas de maneiras que são fortemente críticas e reveladoras (os efeitos políticos que ele objetivou ocasionar são, é preciso dizer, uma outra questão, uma vez que o saber, ainda que criticamente desejado, logo escapa do controle de seu criador e tem consequências que são formadas por toda sorte de outras forças e contingências). Quarenta anos depois da publicação original de “*Surveiller et Punir*”, nossas práticas e instituições penais contemporâneas clamam por novas genealogias e renovadas críticas históricas. O presente ensaio é proposto na esperança de encorajar e facilitar esse trabalho urgentemente necessário.

*

Esta é uma versão substancialmente revisada e expandida de uma conferência que eu apresentei na Universidade de Ferrara, em 16 de maio de 2013, como parte de um colóquio sobre história do direito e criminologia. Sou grato ao meu anfitrião, Professor Michele Pifferi, e aos outros participantes do colóquio. A versão da palestra foi subsequentemente publicada em **Quaderni fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno**. v. 42. Firenze: Giuffrè Editore, 2013. p. 43-57.

REFERÊNCIAS

- BENTHAM, Jeremy. Panopticon: or, The Inspection House Containing the Idea of a New Principle of Construction Applicable to Any Sort of Establishment, in Which Persons of Any Description Are to Be Kept Under Inspection. In: **The Works of Jeremy Bentham**. Edinburgh: William Tait, 1843. v. 4. [BENTHAM, Jeremy. **O panóptico**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.]
- CASTEL, Robert. Problematization and Reading History. In: GOLDSTEIN, Jan (Ed.). **Foucault and the writing of history**. Oxford: Blackwell, 1994.
- DEAN, Mitchell. **Critical and effective histories**: Foucault's methods and historical sociology. London: Routledge, 1994.
- DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault**: beyond structuralism and hermeneutics. Chicago: University of Chicago Press, 1982. [DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.]
- FOUCAULT, Michel. **Madness and civilization**. London: Tavistock, 1967. [FOUCAULT, Michel. **História da loucura na Idade Clássica**. Trad. José Teixeira Coelho Netto. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.]
- _____. **The order of things**: an archaeology of the human sciences. London: Tavistock, 1970. [FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. Trad. Salma Tannus Muchail. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.]
- _____. **L'ordre du discours**. Paris: Gallimard, 1971. [FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999a.]
- _____. **The archaeology of knowledge**. London: Tavistock, 1972. [FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.]
- _____. **Birth of the clinic**: an archaeology of medical perception. London: Tavistock, 1973. [FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**. Trad. Roberto Machado. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.]
- _____. Michel Foucault on Attica: An Interview. **Telos**. n. 19, 1974. p. 154-161.
- _____. **Discipline and punishment**: the birth of the prison. Transl. Alan Sheridan. New York: Pantheon, 1977. [FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramalheite. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.]
- _____. Power and Sex: An Interview with Michel Foucault. **Telos**. n. 32, 1977a. p. 152-161.
- _____. **The history of sexuality**: an introduction. Transl. Robert Hurley. New York: Pantheon Books, 1978. v. 1. [FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999b.]

FOUCAULT, Michel. **Power/Knowledge**: selected interviews and other writings 1972-1977. Transl. Colin Gordon et al. New York: Pantheon Books, 1980.

_____. **The use of pleasure**: the history of sexuality. London: Peregrine, 1985. v. 2. [FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 2**: o uso dos prazeres. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.]

_____. **The care of the self**: the history of sexuality. New York: Random House, 1986. v. 3. [FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 3**: o cuidado de si. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005.]

_____. Politics and Reason. In: KRITZMAN, Lawrence D. (Ed.) **Politics, philosophy, culture**: interviews and other writings 1977-1984. Transl. Alan Sheridan et al. New York: Routledge, 1988.

_____. The Concern for Truth. In: KRITZMAN, Lawrence D. (Ed.) **Politics, philosophy, culture**: interviews and other writings 1977-1984. Transl. Alan Sheridan et al. New York: Routledge, 1988a.

_____. Power and Sex. In: KRITZMAN, Lawrence D. (Ed.) **Politics, philosophy, culture**: interviews and other writings 1977-1984. Transl. Alan Sheridan et al. New York: Routledge, 1988b.

_____. Nietzsche, Genealogy, History. In: RABINOW, Paul (Ed.). **The Foucault Reader**. New York: Pantheon, 1991. [FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: Idem. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. 18. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.]

_____. **Power**: the essential works of Michel Foucault, 1954-1984. Edited by James D. Faubion. Transl. Robert Hurley. New York: New Press, 2000. v. 3.

_____. **Omnes et Singulatim**: Toward a Critique of Political Reason. In: Idem. Power: the essential works of Michel Foucault, 1954-1984. Edited by James D. Faubion. Transl. Robert Hurley. New York: New Press, 2000a. v. 3.

_____. **Security, territory, population**. New York: Palgrave, 2007. [FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.]

_____. **The birth of biopolitics**: lectures at the Collège de France 1978-1979. Transl. Graham Burchell. New York: Palgrave, 2008. [FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008c.]

_____. **The government of self and others**: lectures at the Collège de France 1982-1983. Transl. Graham Burchell. New York: Palgrave, 2010. [FOUCAULT, Michel. **O governo de si e dos outros**: curso no Collège de France (1982-1983). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010a.]

_____. Criminological Knowledge and its Relation to Power: Foucault's Genealogy and Criminology Today. **The British Journal of Criminology**. v. 32. n. 4, 1992. p. 403-422.

_____. Of Crimes and Criminals: The Development of Criminology in Britain. In: MAGUIRE, Mike; MORGAN, Rod; REINER, Robert (Eds.). **The Oxford handbook of criminology**. Oxford: Oxford University Press, 1994. p. 17-68.

- FOUCAULT, Michel. **The culture of control**: crime and social order in contemporary society. Oxford: Oxford University Press, 2001. [GARLAND, David. **A cultura do controle**: crime e ordem social na sociedade contemporânea. Trad. André Nascimento. Rio de Janeiro: Revan, 2008.]
- _____. Penal Excess and Surplus Meaning. **Law & Society Review**. v. 39. n. 4, 2005. p. 793-834.
- _____. **Peculiar institution**: America's death penalty in an age of abolition. Cambridge: Harvard University Press, 2010.
- GARLAND, David. **Punishment and welfare**: a history of penal strategies. Aldershot: Gower, 1985.
- GOLDSTEIN, Jan (Ed.). **Foucault and the writing of history**. Oxford: Blackwell, 1994.
- GUTTING, Gary. **The Cambridge companion to Foucault**. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- HACKING, Ian. **The taming of chance**. New York: Cambridge University Press, 1990.
- HARCOURT, Bernard E. **The illusion of free markets**: punishment and the myth of natural order. Cambridge: Harvard University Press, 2011.
- HIMMELFARB, Gertrude. The Haunted House of Jeremy Bentham. In: Idem. **Victorian minds**: a study of intellectuals in crises and ideologies in transition. New York: Knopf, 1968.
- KUHN, Thomas. **The structure of scientific revolutions**. Chicago: University of Chicago Press, 1962. [KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. Trad. Beatriz Viana Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 1982.]
- MEGILL, Allan. Foucault, Structuralism and the Ends of History. **Journal of Modern History**. v. 51. n. 3, 1979. p. 451-503.
- _____. The Reception of Foucault by Historians. **Journal of the History of Ideas**. v. 48. n. 1, 1987. p. 117-141.
- MORRIS, Noval; ROTHMAN, David J. **The Oxford history of the prison**. New York: Oxford University Press, 1995.
- NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **The birth of tragedy and the genealogy of morals**. New York: Doubleday, 1956. [NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Genealogia da moral**: uma polêmica. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.]
- PERROT, Michelle. **L'impossible prison**. Paris: Editions du seuil, 1980.
- POSTER, Mark. Foucault, the Present and History. **Cultural Critique**. n. 8, 1987/1988. p. 105-121.
- ROSE, Nikolas. **Powers of freedom**: reframing political thought. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- ROTH, Michael S. Foucault's 'History of the Present'. **History and Theory**. v. 20. n. 1, 1981. p. 32-46.
- SEMPEL, Janet. **Bentham's prison**: a study of the panopticon penitentiary. Oxford: Clarendon Press, 1993.
- SIMON, John K. A Conversation with Michel Foucault. **Partisan Review**. v. 38. n. 2, 1971. p. 192-201.

SKINNER, Quentin. The Sovereign State: A Genealogy. In: KALMO, Hent; SKINNER, Quentin (Eds.). **Sovereignty in fragments**. New York: Cambridge University Press, 2010.

SMITH, Philip. **Punishment and culture**. Chicago: University of Chicago Press, 2008.

VEYNE, Paul. **Foucault: his thought, his character**. Cambridge: Polity, 2010. [VEYNE, Paul. **Foucault: o pensamento, a pessoa**. Lisboa: Texto & Grafia, 2009. Coleção Pilares, n. 4.]

WILLIAMS, Anthea. **Genealogy as Methodology in the Philosophy of Michel Foucault**. Artigo apresentado no seminário London Foucault Circle, 2005.